

A (in)determinância do capital cultural e do *background* no desempenho dos bolsistas Prouni: das notas além do esperado às hipóteses de resultados improváveis *

The indeterminacy of the cultural capital and background in the Prouni scholarship students performance: from the outstanding scores to hypothesis of improbable outcomes

Julio C. G. Bertolin**
Cristina Fioreze***

Resumo: Estudos sobre eficácia escolar, bem como o conceito de capital cultural, de Bourdieu (1979), evidenciam que o contexto socioeconômico e cultural – ou o *background* – exerce papel fundamental nas notas e nos resultados obtidos pelos estudantes em exames. Ou seja, segundo essa teoria, alunos com menor *background* tenderiam a apresentar desempenho inferior em comparação com alunos oriundos de um contexto socioeconômico e cultural mais privilegiado. Nesse sentido, considerando que os bolsistas do Programa Universidade para Todos (Prouni) devem ter desvantagem de *background* em relação aos seus colegas pagantes, tendencialmente, o seu desempenho deveria ser inferior, afinal o programa, criado em 2004, busca viabilizar o acesso à Educação Superior por meio da concessão de bolsas de estudos integrais ou parciais de 50%, a estudantes com renda familiar *per capita* de zero a três salários-mínimos que cursaram o Ensino Médio em escolas públicas ou em escolas privadas na condição de bolsistas. Entretanto, percepções subjetivas de docentes indicam que nem sempre é isso que

* Este artigo é uma versão revisada e ampliada do trabalho “O *background* e o rendimento escolar dos bolsistas Prouni: desempenho além do esperado?” apresentado no 17º Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado em Porto Alegre, na UFRGS, em 2015. O artigo aqui publicado, entretanto, agrega aspectos inéditos da pesquisa que embasou a publicação acima mencionada. Agradecemos à Capes o apoio recebido para o desenvolvimento de estudos na Europa que possibilitaram a elaboração deste artigo.

** Doutor em Educação. Professor e pesquisador na Universidade de Passo Fundo (UPF), Passo Fundo – RS. *E-mail:* julio@upf.br

*** Estudante de Serviço Social pela Universidade de Passo Fundo (UPF), Passo Fundo – RS. *E-mail:* cristinaf@upf.br

ocorre, ou seja, bolsistas estariam obtendo, em diversas situações, melhores resultados que os colegas pagantes nas disciplinas que cursam em instituições privadas. Nesse contexto, com o objetivo de refletir sobre aspectos fundamentais da qualidade e da equidade do Prouni, o presente artigo problematiza a suposta superioridade de notas dos bolsistas em disciplinas e no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) e, ao mesmo tempo, analisa hipóteses que explicariam o desempenho além do esperado desses estudantes provenientes de meios populares. Quanto ao desenvolvimento metodológico da pesquisa, são utilizadas duas fontes de dados: a primeira delas é composta por microdados das avaliações de disciplinas (por curso) de uma universidade comunitária do Rio Grande do Sul entre 2009 e 2012; a segunda consiste nos dados do Enade referentes ao ano de 2006.

Palavras-chave: Capital cultural. *Background*. Educação Superior. Prouni.

Abstract: Studies about scholar efficacy and Bourdieu's concept of cultural capital (1979) show that social-economic and cultural context – or background – play a fundamental role in students' scores and results in exams. Therefore, following these theories, students that come from lower background tend to present lower performance if compared to students from privileged social-economic and cultural context. Taking it into consideration, University for All Program/Prouni, created in 2004, aims to promote higher education access through scholarships of 100% and 50% destined to students that both, prove *per capita* family income between zero and three minimum salaries and that have studied secondary school in public schools or in private schools with scholarship. Because of such conditions, it is expected that those students present lower performance than the ones that have been paying fees. However, some teachers' perceptions indicate that it does not always happen. In other words, Prouni students have been obtaining, in different situations inside private institutions, better results than students that pay fees. Facing this context and aiming to reflect about fundamental aspects regarding to quality and equity, this paper discusses the supposed superiority of Prouni students' scores in both, classes that they attend in higher education and Enade (National Exam of Students Performance). At the same time, this paper analyses hypothesis that could explain the performance beyond that expected shown by students from popular classes. As for methodological development, this research uses two data basis. The first one is shaped by assessment data related to courses from a community university in Rio Grande do Sul state, between 2009 and 2012. The second one consists of Enade data regarding to 2006.

Keywords: Cultural capital. Background. Higher Education. Prouni.

Introdução

Estudos sobre eficácia escolar, como o relatório Coleman nos Estados Unidos, e pesquisas desenvolvidas a partir do conceito de *capital cultural*, de Bourdieu, têm evidenciado que o contexto socioeconômico e cultural – o *background* – exerce papel fundamental no desempenho de crianças e adolescentes na escola. No âmbito da Educação Superior, as literaturas nacional e internacional, apesar de ainda não serem muito robustas nesse campo, também têm apontado o *background* como fator determinante na *performance* de graduandos.

No contexto brasileiro, uma importante questão de pesquisa nesse tema está relacionada ao êxito escolar de estudantes que acessam o nível superior por meio do Programa Universidade para Todos (Prouni). Esse programa, surgido em 2004, tornou-se uma das principais formas de expansão e democratização do acesso à Educação Superior no Brasil, a partir da destinação de bolsas integrais e parciais em instituições privadas a estudantes de baixa renda e provenientes dos meios populares.

Segundo a teoria, se os bolsistas Prouni possuem desvantagem de *background* em relação aos seus colegas pagantes, tendencialmente, o seu desempenho deveria ser inferior. Entretanto, ao longo dos mais de dez anos de existência do programa, é recorrente escutar de docentes que recebem alunos bolsistas em suas salas de aula a manifestação de que, ao contrário do esperado, bolsistas estariam apresentando, nas disciplinas que cursam, resultados superiores aos resultados de alunos pagantes.

Nesse sentido, o presente artigo visa, por meio de revisão de literatura e levantamento de dados empíricos, a evidenciar a possibilidade, tanto em um contexto institucional como em avaliações do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), de ocorrência de desempenho superior dos bolsistas, além de analisar tal contradição na *performance* dos graduandos. Busca-se, assim, contribuir com a reflexão sobre aspectos fundamentais da qualidade e da equidade do programa Prouni e, nesse sentido, da própria Educação Superior brasileira.

Para tanto, o presente artigo está organizado em quatro partes, além desta introdução. Na primeira delas, é tematizada a produção teórica sobre capital cultural e eficácia escolar; na segunda parte, é discutido o Prouni, entendido como programa de ampliação e democratização do acesso à Educação Superior no Brasil; na terceira parte, trabalha-se com dados empíricos, quando são evidenciadas situações de superioridade

de desempenho dos bolsistas e, diante disso, são aventadas hipóteses explicativas para tais desempenhos além do esperado. Por fim, são apresentadas as considerações finais do trabalho.

Capital cultural e eficácia escolar

Nas décadas de 60 e 70 (séc. XX), o reconhecido sociólogo francês Bourdieu, ao propor um novo modo de interpretação da escola e da educação, definiu o conceito de *capital cultural* com base em evidências da forte relação entre o desempenho escolar e a origem social dos estudantes. Naquele período, supunha-se que, por meio da escola pública e gratuita, seria possível resolver não apenas o problema do acesso, mas também consubstanciar a igualdade de oportunidades entre todos os cidadãos. Isto é, competindo dentro do sistema de ensino, os indivíduos estariam em condições iguais para alcançar destaque com base em seus dons e esforços individuais e, por uma questão de justiça, ocupariam posições de destaque na sociedade. Entretanto, em contraponto a tal visão, tomando por base a frustração dos jovens de classe média e dos meios populares com relação a falsas promessas dos sistemas de ensino, bem como pesquisas quantitativas que começavam a indicar significativas relações entre a origem social e os destinos escolares, Bourdieu argumentou que existem importantes elementos constitutivos do acúmulo cultural que é transmitido através da educação informal, especialmente no espaço familiar, que impactam o desempenho dos estudantes. Assim, afirmou o autor:

Há um sistema de valores implícitos e profundamente interiorizados, que contribui para definir, entre outras coisas, as atitudes face ao capital cultural e à instituição escolar. A herança cultural, que difere, sob os dois aspectos, segundo as classes sociais, é a responsável pela diferença inicial das crianças diante da experiência escolar e, conseqüentemente, pelas taxas de êxito. (1966, p. 326).

Então, onde se observava igualdade de oportunidades, meritocracia e justiça social, Bourdieu viu a reprodução de desigualdades sociais. Assim, a educação, na teoria do sociólogo, acaba perdendo o papel de instância transformadora e democratizadora das sociedades e passa a ser vista como uma das principais instituições de reprodução e legitimação dos privilégios sociais. Tratava-se, portanto, de novo e revolucionário

referencial teórico de análise da educação com a completa inversão da perspectiva do sistema de ensino.

Pode-se dizer que Bourdieu compreendeu o capital cultural como um conjunto de valores e comportamentos adquiridos em espaços familiares e nas relações sociais próximas que constituem bases socioculturais, transformadas em *habitus*,¹ que produzem diferenciações socioculturais e interferem profundamente no desempenho dos alunos em instituições educativas. O acesso precoce ao mundo letrado e às artes em geral por parte de alguns alunos não é um fenômeno natural, mas está articulado a um conjunto de condições sociais e econômicas. Essas experiências diferenciadas construídas em espaços informais vão constituindo um capital cultural que interfere profundamente no sucesso ou na exclusão escolar. É nesse sentido que Bourdieu diz que o conceito de capital cultural busca dar conta da

desigualdade de desempenho escolar de crianças provenientes de diferentes classes sociais, relacionando o “sucesso escolar”, ou seja, os benefícios específicos que as crianças das diferentes classes e frações de classes podem obter no mercado escolar, à distribuição do capital cultural entre as classes e frações de class. (1979, p. 3).

Essa tese confronta duas posturas que Bourdieu considera equivocadas: a primeira, que atribui o sucesso escolar às aptidões individuais, e a segunda, defendida pela teoria do capital humano,² segundo a qual o bom desempenho na educação depende do investimento econômico realizado. O conceito de *capital cultural* contrapõe-se a essas duas tradições explicativas, que justificam o sucesso ou o fracasso escolar basicamente a partir da capacidade e iniciativa individuais.

¹ Em Bourdieu, o conceito de *habitus* é entendido como um sistema de esquemas individuais, socialmente constituído de disposições estruturadas (sociais) e estruturantes (mentais), consubstanciado nos indivíduos *nas e pelas* experiências práticas, orientadas para funções e ações do agir cotidiano.

² A origem da teoria do capital humano está ligada ao surgimento da disciplina “Economia da Educação”, nos Estados Unidos, por volta da década de 50 (séc. XX). Theodore W. Schultz é considerado o principal formulador da ideia de capital humano. Segundo tal teoria, o trabalho humano, quando qualificado por meio da educação, seria um dos mais importantes fatores de produção e, por conseguinte, um meio para ampliação da produtividade econômica.

No texto *Les trois états du capital culturel*, Bourdieu (1979) aborda as três possíveis formas de capital cultural: incorporado, objetivado e institucionalizado. No estado incorporado, pressupõe-se um corpo e a incorporação.

A acumulação de capital cultural exige uma incorporação que, enquanto pressupõe um trabalho de inculcação e de assimilação, custa tempo que deve ser investido pessoalmente pelo investidor. [...] Sendo pessoal, o trabalho de aquisição é um trabalho do “sujeito” sobre si mesmo. (1979, p. 3).

O capital cultural, no estado objetivado, pressupõe a existência material de bens culturais como quadros, pinturas, monumentos, livros, instrumentos de trabalho, máquinas, etc. Esses bens podem ser acessados através da compra, através do capital econômico, mas a sua apropriação simbólica pressupõe capital cultural. No estado objetivado, pressupõe-se o capital cultural incorporado.

Por fim, no estado institucionalizado, o capital incorporado e objetivado ganha materialização nos certificados escolares.

Produto da conversão de capital econômico em capital cultural, ele estabelece o valor, no plano do capital cultural, do detentor de determinado diploma em relação aos outros detentores de diplomas e, inseparavelmente, o valor em dinheiro pelo qual pode ser trocado no mercado de trabalho. (BOURDIEU, 1979, p. 6).

Se observa que, para Bourdieu, há uma profunda relação entre capital econômico e capital cultural. O primeiro cria condições diferenciadas de constituição do segundo, que, por sua vez, reproduz formas próprias de incorporação e de objetividade. Por fim, o capital cultural, no estado institucionalizado, legitima as desigualdades de acesso com a concessão de diplomas como se todos tivessem as mesmas condições. Nesse caso, o diploma é expressão de um capital cultural e também econômico. Então, é importante salientar que, em grande medida, os resultados obtidos nas instituições educacionais não estão dados pelas próprias instituições, mas são dados pelas condições socioculturais. É essa a síntese do que Bourdieu entende por capital cultural e seu papel social. (Apud BERTOLIN; MARCON, 2015).

Paralelamente às teorias de Bourdieu, dois estudos encomendados por governos tornaram-se precursores da emergência de pesquisa sobre eficácia escolar: o *Coleman Study*, nos Estados Unidos, e o *The Plowden Report*, na Inglaterra. O *Coleman Study*, publicado em 1966, transformou-se num marco da pesquisa sociológica, derrubando mitos e alterando para sempre o curso de pesquisas sobre educação. Redigido com base numa grande pesquisa *survey* realizada com mais de seiscentos mil alunos e quatro mil escolas, tal relatório foi encomendado por exigência da Lei dos Direitos Civis, que pressupunha significativa desigualdade qualitativa entre escolas de negros e escolas de brancos e entre escolas do Norte e escolas do Sul nos Estados Unidos. Na época, se acreditava que os insumos das escolas (equipamentos e outras condições de funcionamento) determinavam os resultados nos desempenhos dos alunos. Entretanto, os resultados divulgados pela pesquisa surpreenderam, visto que demonstraram que outra variável era mais importante: os contextos familiar, social, econômico e cultural dos estudantes. (COLEMAN et al., 1966).

O outro estudo que marcou as pesquisas sobre eficácia escolar, o *The Plowden Report*, foi elaborado em 1967 pelo *Central Advisory Council for Education* da Inglaterra. Tal relatório também evidenciou que a escola tem um impacto menor na explicação do desempenho dos estudantes comparativamente às condições socioeconômicas e familiares. Os resultados apresentados, após pesquisa realizada com mais de cem escolas de Ensino Fundamental da Inglaterra, indicaram que a porcentagem de variação em desempenho que podia ser explicada pelas condições do *background* dos estudantes era de quase 50%, enquanto os fatores que descreviam as condições das escolas explicavam pouco menos de 20% (DEPARTMENT OF EDUCATION AND SCIENCE; PLOWDEN, 1967).

A literatura que decorreu principalmente desses dois estudos passou a abordar os fatores associados ao desempenho de estudantes geralmente segmentando as variáveis determinantes em dois principais grupos chamados “efeito escola” e “*background* do estudante”. A discussão central ficou relacionada ao poder de impacto de cada grupo e de seus respectivos fatores determinantes no desempenho dos estudantes. O efeito escola considerou os atributos relacionados ao ambiente escolar, tais como: infraestrutura física, recursos e ferramentas educacionais, projeto pedagógico, gestão e corpo docente. O *background*, por sua vez, incluiu, fundamentalmente, os contextos familiar, social, econômico e cultural dos estudantes.

Dessa forma, se observa que há mais de trinta anos Bourdieu começava a refletir e a problematizar, teórica e sociologicamente, o que as pesquisas quantitativas sobre desempenho de estudantes começavam a demonstrar acerca do problema de interpretar os resultados sem levar em consideração os contextos familiar, socioeconômico e cultural dos alunos. Constata-se, assim, que o debate acerca das questões relevantes e atinentes à eficácia escolar e os seus fatores determinantes não é recente, especialmente no que tange ao desempenho de estudantes da Educação Básica e de meios populares.

No âmbito da Educação Superior, os estudos sobre fatores determinantes no desempenho dos estudantes são relativamente mais recentes do que na Educação Básica. Isso pode ser explicado pelo fato de que a ampliação do acesso ao ensino superior é fenômeno mais recente do que a democratização do acesso à Educação Básica. Não obstante, atualmente, já existe uma literatura relativamente consistente que aborda os fatores, tanto dos cursos da Educação Superior quanto do *background*, que estão relacionados ao desempenho dos estudantes. (PARK; KERR, 1990). (Apud ANDERSON; BENJAMIN; FUSS, 1994; SMITH, NAYLOR, 2001). Nos Estados Unidos, por exemplo, o desempenho dos graduandos no *Grade Point Average* (GPA)³ vem sendo analisado sob a perspectiva de seus fatores determinantes. (BETTS; MORRELL, 1999; COHN et al., 2004). No Brasil, muito em decorrência da grande base de dados formada pelas avaliações de larga escala da Educação Superior Provão e o Enade,⁴ também começaram a surgir estudos sobre o que poderia ser chamado de eficácia escolar no Ensino Superior. Tais estudos indicam, dentre outros fatores, que o nível de formação dos estudantes antes do seu ingresso na Educação Superior é a variável de maior influência no desempenho dos cursos (SOUZA, 2008), que existe uma associação significativa entre o desempenho dos estudantes concluintes nos exames com determinadas características próprias e da família, tais como: gênero, horas de dedicação aos estudos, faixa de renda familiar, ter cursado o Ensino Médio em escola pública (SANTOS, 2012) e que, por conseguinte,

³ A GPA, em instituições de Educação Superior dos Estados Unidos, se refere a uma pontuação média de desempenho dos estudantes que computa as notas em matérias divididas por determinado tempo de estudo.

⁴ O Enade é um dos procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Tal instrumento tem como objetivo o acompanhamento do processo de aprendizagem e do desempenho acadêmico dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação.

somente 4% da variabilidade do desempenho dos concluintes pode ser creditada à instituição. (SILVA, 2011).

Assim, de forma geral, os estudos sobre eficácia escolar, no âmbito da Educação Superior, coadunam, com pesquisas da Educação Básica, ou seja, indicam que os perfis socioeconômico e cultural são o principal fator determinante no desempenho dos estudantes. Contudo, cabe destacar que, apesar dos primeiros estudos demonstrarem a supremacia do *background* sobre o fator escola, não se podia concluir que o papel da escola não era importante, visto que, antes de tudo, frequentá-la faz, obviamente, muita diferença para uma criança e um jovem. O que tais estudos realmente demonstraram é que as escolas, nos contextos pesquisados, não eram muito diferentes entre si, e que as distinções socioeconômicas e culturais entre os estudantes, ou seja, o *background* dos mesmos, e não as características específicas das escolas, moldariam as principais determinantes das variações dos desempenhos avaliados.

Diante do exposto, as realidades e os contextos em que, na contramão da tendência indicada acima, alunos com *background* mais baixo possuem desempenho superior ao dos alunos com *background* mais alto, são espaços a serem estudados com maior atenção. Assim, no contexto brasileiro, uma importante questão de pesquisa está relacionada ao desempenho escolar dos estudantes que acessam o nível superior por meio do Prouni. Segundo a tendência anteriormente apontada, seria possível concluir que, se os bolsistas Prouni possuem desvantagem de *background* em relação aos seus colegas pagantes, tendencialmente, o seu desempenho deveria ser inferior. Entretanto, percepções e levantamentos de dados têm indicado o contrário, ou seja, bolsistas têm apresentado resultados escolares melhores nas disciplinas que cursam.

O próximo item explora mais detalhadamente o Prouni para, em seguida, aprofundar a problematização sobre os achados em termos de eficácia escolar de estudantes bolsistas na Educação Superior.

A democratização do acesso via Prouni

A Educação Superior no Brasil vem experienciando, nas últimas duas décadas, grande expansão quantitativa. Desde 1992, último ano em que ocorreu uma redução de alunos, a quantidade de matrículas no Ensino Superior brasileiro vem crescendo, em média, 7% ao ano. O maior crescimento ocorreu no período entre 1999 e 2003, com média

anual de, aproximadamente, 13%. Num período de quase dez anos, a quantidade de alunos matriculados mais que dobrou, saindo de 3 milhões em 2001 para 6,4 milhões em 2010. Tal expansão se deu, principalmente, pela ampliação do setor privado. Em 2000, havia 6,5 mil cursos privados, em 2007, 16,8 mil e, em 2012, 19,7 mil, ou seja, um crescimento em números absolutos superior a 13 mil novos cursos. Por outro lado, a Educação Superior pública também cresceu, mas numa marcha menor. No âmbito das instituições federais, no período de 2000 a 2010, a criação de novos cursos de graduação presenciais foi de apenas 3 mil. (BRASIL/Inep 2015).

Nas palavras de Koppe,

as IES⁵ públicas tiveram um crescimento de 44,8% entre 1995 e 2012, passando de um total de 210 IES para 304 instituições. Em comparação com o setor privado, o crescimento do setor público deuse num ritmo menor. As instituições privadas formam o grupo que mais cresceu em número no ensino superior brasileiro, com um crescimento percentual no período de 208,8% (mais que triplicou o número de instituições). (2014, p. 98).

Nos últimos anos, essa expansão vem alcançando estudantes provenientes de meios populares. Estudo do Instituto de Pesquisa Data Popular (2010) demonstrou que, entre 2002 e 2009, a classe D ultrapassou a classe A no percentual de alunos matriculados no sistema. Em 2002, apenas 5% dos matriculados pertenciam à classe D, enquanto 25% pertenciam à classe A. Sete anos depois, tais percentuais mudaram de forma significativa, sendo que a classe D passou a representar 15% dos alunos, e a classe A, apenas 7% do total dos matriculados na Educação Superior do País.⁶

No cenário de expansão e democratização do Ensino Superior brasileiro, dentro do escopo das políticas voltadas à ampliação do acesso, cabe destacar o Prouni, que trata da oferta de bolsas de estudo nos

⁵ IES: Instituições de Ensino Superior.

⁶ Conforme classificação do IBGE: a classe A abrange famílias com renda familiar mensal acima de 20 salários-mínimos; a classe B diz respeito às famílias cuja renda mensal está situada entre 10 e 20 salários-mínimos; na classe C estão as famílias com renda entre 4 e 10 salários-mínimos; na classe D, entre 2 e 4 salários-mínimos; na classe E encontram-se as famílias com renda mensal de até 2 salários-mínimos.

curso de nível superior oferecidos pelas IESs privadas, lucrativas ou sem fins lucrativos. O Prouni foi criado em 2004, pela Medida Provisória 213, e institucionalizado em forma de lei em 2005, por meio da Lei 11.096. As IESs que aderem ao Prouni, em troca, ficam isentas de um conjunto de impostos, o que permite compreender o programa como uma medida de investimento de recursos públicos na Educação Superior. (BRASIL, 2005).

O Prouni possibilita o acesso à Educação Superior, com bolsas de estudos integrais ou parciais de cinquenta por cento, a estudantes com renda familiar *per capita* de zero a três salários mínimos⁷ que cursaram o ensino médio em escolas públicas ou, então, que cursaram o ensino médio em escolas privadas na condição de bolsistas. Na distribuição das bolsas, as instituições devem reservar percentual para estudantes portadores de deficiência e autodeclarados indígenas e negros, na mesma proporção de cidadãos autodeclarados indígenas, pardos ou pretos segundo o último censo, no respectivo estado. A nota do Enem é utilizada como critério para a seleção dos estudantes para o acesso às bolsas ofertadas. (BRASIL, 2005).

De acordo com a lei que instituiu o programa, as instituições que a ele aderem devem disponibilizar bolsas nas turmas iniciais de todos os cursos e turnos efetivamente instalados. Isso significa que o acesso às graduações mais competitivas e prestigiosas também passa por um processo de democratização. (BRASIL, 2005).

A pesquisa de Carvalho (2006), ao trabalhar com dados de 2004 – período da implantação do Prouni – acerca do perfil dos estudantes no Ensino Superior brasileiro, demonstra que a proporção de alunos, na faixa etária entre 18 e 24 anos, aumentava significativamente conforme as rendas mais elevadas, sendo que “nas faixas acima de três salários-mínimos, a proporção de estudantes é superior a 35%” e com renda de até um salário-mínimo, “apenas 1,5% frequenta a graduação”. Como salienta a autora, “86% da população nessa faixa etária enquadra-se nos níveis de renda de menos de três s.m., público-alvo do Prouni”. (2006, p. 992). Os dados corroboravam a compreensão de que o acesso à Educação Superior no Brasil cumpriu, historicamente, um percurso

⁷ As bolsas integrais são destinadas a estudantes cuja renda familiar *per capita* encontra-se entre zero e um salário-mínimo e meio. As bolsas parciais de 50%, por sua vez, são destinadas a estudantes cuja renda familiar *per capita* não ultrapasse três salários-mínimos.

elitizado, o que justificava a adoção de políticas de democratização do acesso contidas em programas de expansão como o Prouni, mas também o Reuni e as recentes políticas de cotas.

Os números do Prouni permitem observar, entre 2005 e 2012, uma ampliação em mais de 150% no número de bolsas ofertadas. Em 2005 foram destinadas 112.275 bolsas, enquanto que, em 2013, esse número subiu para 252.374. Das bolsas distribuídas no País, no ano de 2013, 65% foram integrais, e 35%, parciais. Num sistema de Ensino Superior com aproximadamente 7 milhões de alunos matriculados, o total acumulado de bolsas, desde a criação do programa, superava o número de 1 milhão e 200 mil bolsas em 2013. (BRASIL, 2014b).

Dias Sobrinho chama a atenção para a realidade socioeconômica dos estudantes que entram na Educação Superior via Prouni e afirma que, dada a grande expansão do sistema pela rede privada, “são necessários novos instrumentos que possibilitem não só o ingresso, mas também a permanência na educação superior de um grande número de jovens de baixa renda e que não tem capacidade de autofinanciamento”. (2011, p. 140).

Assim, surgem como alternativa programas de garantia da permanência dos bolsistas Prouni, que podem ser considerados como iniciativas que permitem a equidade de resultados. (MOROSINI; FELICETTI, 2009). A Bolsa-Permanência, do governo federal, é um benefício mensal aos estudantes contemplados com bolsa de 100%, matriculados em cursos presenciais integrais. Também, algumas IESs já estão investindo em programas próprios de permanência de bolsistas, de forma ainda tímida, todavia.

As avaliações sobre o Prouni são polissêmicas e evidenciam tanto análises positivas quanto negativas. Na leitura de Morosini e Felicetti (2009), o programa se caracteriza como relevante medida de inclusão de camadas populacionais empobrecidas na Educação Superior, constituindo-se em política de inclusão que traz consigo a possibilidade de mobilidade social. O estudo de Carvalho (2006), por sua vez, afirma que, no processo de implementação do Prouni, “os atores privados foram atingidos pela ação estatal, tanto pelas regras de composição de bolsas como pela mesma isenção dos tributos federais”. (p. 987). No caso das IESs que se configuram como entidades beneficentes de assistência social (as chamadas filantrópicas), especialmente,

a adesão ao programa e a concessão de bolsas integrais são obrigatórias. As demais modalidades de gratuidade (bolsas parciais e programas de assistência social) podem ser usadas para compor o total de 20% da receita bruta. Este percentual é o requisito mínimo que caracteriza a natureza jurídica deste tipo de instituição. (2006, p. 987).

De outro lado, as críticas ao Prouni tratam da compreensão de que a medida implica renúncia fiscal beneficiando as instituições privadas e, nesse sentido, questiona-se sobre sua atuação em benefício da recuperação financeira de instituições particulares, endividadas e com alto grau de evasão. (PEIXOTO, 2011; LIMA, 2011). Nesse sentido, Catani e Gilioli (2005) argumentam, em seu estudo, que o projeto de lei do Prouni foi alterado diversas vezes até sua versão final, cedendo ao *lobby* do setor mercantil.

Por fim, ao analisar o Prouni como ação efetiva no atendimento de estudantes dos meios populares, estudos recentes (ANHAIA, 2012; OLIVEIRA; CONTARINE; CURY, 2012) têm buscado apreender o processo de desenvolvimento e das vivências intersubjetivas dos bolsistas. Tais estudos tematizam sobre a percepção dos estudantes no que tange à sua condição de bolsistas e demonstram que, por um lado, a situação de pobreza subjetiva dá sinais de diminuição por meio do processo de empoderamento dos bolsistas, mas, por outro, também evidenciam sentimentos de discriminação e preconceito vivenciados por esses acadêmicos.

Prouni e desempenho dos bolsistas

Quanto ao desempenho dos estudantes Prouni nas atividades acadêmicas da Educação Superior, pode-se iniciar afirmando que percepções subjetivas relatadas por professores que ministram disciplinas frequentadas por bolsistas têm apontado uma surpreendente condição de boa aprendizagem e bom desempenho desses estudantes.

Na tentativa de investigar essas percepções mais a fundo, buscou-se verificar, empiricamente, por meio da realização de análises de caráter quantitativo, o desempenho dos estudantes bolsistas Prouni em comparação com seus colegas pagantes. Para tanto, trabalhou-se com duas fontes de dados: a primeira delas é composta por microdados das avaliações de disciplinas (por curso) de uma universidade comunitária

no interior do Rio Grande do Sul, entre 2009 e 2012. A segunda consiste nos dados do Enade referentes a 2006.

Nesse sentido, levantamento realizado numa universidade comunitária no interior do Rio Grande do Sul que possui, aproximadamente, 20 mil alunos e mais de 50 cursos de graduação, demonstrou que, em média, entre 2009 e 2012 (totalizando um período de 8 semestres), o desempenho dos bolsistas, nas médias finais das disciplinas, foi 4.1% superior ao dos seus colegas pagantes (Tabela 1).

Tabela 1 – Comparação entre o desempenho dos bolsistas Prouni e dos estudantes pagantes em disciplinas por semestre no período de 2009/1 a 2012/2

Semestre	Quantidade de cursos analisada	% de desempenho superior dos bolsistas	Quantidade de cursos com bolsistas com desempenho superior	Quantidade de cursos com pagantes com desempenho superior
2009/1	56	4,7%	50	6
2009/2	52	3,9%	46	6
2010/1	54	5,5%	50	4
2010/2	53	3,8%	46	7
2011/1	55	2,3%	43	12
2011/2	54	3,4%	44	12
2012/1	52	5,2%	44	8
	51	3,9%	41	10

Fonte: Autores com base nos microdados da instituição pesquisada.

A observância de cursos em que os alunos pagantes apresentaram desempenho superior foi, na maioria dos casos, pontual, ou seja, ocorreu em um ou dois semestres. Cursos em que o desempenho dos pagantes foi constantemente superior ao dos bolsistas nos oito semestres analisados foram poucos. Apenas nos casos do curso de Medicina (com sete ocorrências), de Letras-Espanhol (com sete ocorrências) e Filosofia tal fato foi observado. Assim, tanto por meio da análise das médias das notas nas disciplinas por semestre como na análise das médias desagregadas por cursos, os estudantes bolsistas apresentaram desempenho superior.

Da mesma forma, ao se comparar o desempenho no Enade de estudantes bolsistas Prouni e dos alunos pagantes, também foi possível encontrar situações em que os bolsistas apresentam melhor desempenho. Na edição do Enade de 2006, por exemplo, no âmbito do curso de

Administração, a média das notas dos bolsistas foi superior à média das notas dos pagantes, tanto nos conteúdos de formação geral como nos conteúdos relativos aos componentes específicos do curso (Tabela 2).

Tabela 2 – Comparação entre o desempenho no Enade 2006 dos bolsistas Prouni e dos estudantes pagantes do curso de Administração

	Nota da formação geral			Nota do componente específico			Nota da prova		
	Prouni	Pagantes	Total	Prouni	Pagantes	Total	Prouni	Pagantes	Total
Média das notas	46,20	40,84	41,53	38,56	35,32	35,76	40,48	36,71	37,21
Quantidade de estudantes	5.037	51.454	56.491	5.037	51.454	56.491	5.037	51.454	56.491

Fonte: Autores com base nos microdados do Enade. (BRASIL, 2015).

Num universo de 1.056 cursos de Administração que possuem estudantes-bolsistas Prouni e que realizaram o Enade em 2006, em 761 deles – o que corresponde a 72% do total dos cursos – os estudantes-bolsistas obtiveram, em média, notas superiores às de seus colegas pagantes.

Os dados aqui analisados tendem a corroborar a percepção de docentes anteriormente relatada, de que bolsistas Prouni muitas vezes apresentam um desempenho superior ao dos alunos pagantes. Todavia, numa primeira leitura, considera-se que os contextos socioeconômico e cultural dos bolsistas seria inferior ao dos estudantes pagantes e, por conseguinte, seu desempenho também deveria ser inferior. Diante disso, emergem questionamentos, tais como: quais são as possíveis causas que explicam o fato de o desempenho dos bolsistas Prouni ser, em média, superior ao de seus colegas com melhor *background*? São esses alunos uma exceção à regra ou outros fatores podem estar interferindo para que os mesmos superem as dificuldades provenientes de seus *backgrounds*?

O estabelecimento de sínteses conclusivas, que respondam satisfatoriamente às questões acima levantadas, ainda não é possível. Contudo, se pode afirmar que a realidade aqui apresentada abre um campo fecundo para investigação, demandando que se amplie a pesquisa, tanto na direção de um maior aprofundamento e detalhamento dos dados quantitativos quanto na direção da investigação de caráter qualitativo. De todo modo, neste momento da pesquisa, já é possível apresentar algumas hipóteses norteadoras, que se constituem em linhas

para a análise da realidade na qual se observa o desempenho superior dos bolsistas Prouni.

Uma primeira hipótese a ser perseguida e analisada é a de que os bolsistas Prouni, mesmo apresentando um nível de *background* inferior ou semelhante ao dos alunos pagantes, seriam mais bem-preparados, por possuírem, excepcionalmente, uma melhor formação. Isso nos levaria à necessidade de pesquisar quais seriam os fatores que fazem a diferença na trajetória escolar desses alunos, a exemplo dos estudos do francês Lahire (1997) em seu livro *Sucesso Escolar nos meios populares: as razões do improvável*.

Em uma crítica às análises macrossociológicas, Lahire busca identificar os fatores que interferem no processo de socialização de cada indivíduo e que terão influência (ou não) em sua relação com escolarização. Para tanto, é prudente que se evitem as generalizações e, ao invés disso, que se volte o olhar para a complexidade do contexto individual. Em sua pesquisa, o autor mostra como certas famílias, em que pese seu capital cultural baixo, podem propiciar contextos favorecedores do desempenho escolar às suas crianças. O autor explica que

se a família e a escola podem ser consideradas redes de interdependências estruturadas por formas de relações sociais específicas, então o “fracasso” ou o “sucesso” escolares podem ser apreendidos como o resultado de uma maior ou menor contradição, do grau mais ou menos elevado de dissonância ou de concordância das formas de relações sociais de uma rede de interdependência a outra. (LAHIRE, 1997, p. 19).

Conforme Nogueira (2013), Lahire propõe uma sociologia da educação em escala individual, na qual se reconhece que “mesmo dentro de um mesmo meio social, definido em termos do nível de capital cultural e econômico, as famílias seriam muito diferentes entre si”. (NOGUEIRA, 2013, p. 14).

Uma segunda hipótese, plausível de se aventar e perseguir com o objetivo de compreender as causas do desempenho superior dos alunos bolsistas Prouni, seria a de que o esforço desses estudantes é significativamente maior. Nesse caso, os estudantes Prouni, mesmo com *background* inferior aos dos colegas pagantes, se dedicariam com mais afinco, teriam mais foco nos estudos, já que, reconhecendo a importância

da, talvez, única oportunidade que terão de cursar a Educação Superior, são desejosos de aproveitá-la da melhor maneira possível, viabilizando com isso a sua ascensão social.

Essa hipótese tem inspiração na perspectiva lançada pelo sociólogo brasileiro Souza (2010), que reconhece a existência, no País, da classe dos “batalhadores”. Enquanto muitos anunciavam que a classe média brasileira passava por um processo de ampliação e alargamento, Souza (2010) buscou compreender esse novo grupo em ascensão a partir da premissa de que, para além do aspecto da renda, a constituição de uma classe social passa, essencialmente, por uma dimensão cultural. Por isso defende que, ao invés de estarmos vivenciando a emergência de nova fração da classe média – a chamada *nova* classe média –, o que se vê é o surgimento daqueles que classifica como “batalhadores” brasileiros.

Os batalhadores são aqueles indivíduos e famílias que apostam na ascensão social mediante sacrifício familiar e esforço pessoal extremo. Eles não são a classe média, pois não possuem as disposições necessárias para tanto, mas também se diferenciam da “ralé”, denominação usada por Souza (2010) para designar aqueles que sequer chegam a desenvolver um pensamento prospectivo sobre o futuro e, portanto, não possuem a socialização necessária para o sistema escolar. O batalhador tende a valorizar o trabalho árduo, a família (com configurações as mais diversas) e o estímulo à educação desde que articulada com o trabalho. (SOUZA, 2010). Para o autor,

os “batalhadores”, em sua esmagadora maioria, tiveram que trabalhar desde muito cedo, estudaram em escolas públicas, e estudam, quando estudam, em universidades privadas à noite. Sem acesso aos conhecimentos altamente valorizados que permitem a reprodução do mercado e do Estado – que garantem bons salários e muito reconhecimento social e prestígio às classes médias –, os batalhadores compensam esta falta com extraordinário esforço pessoal trabalhando sob condições penosas, sem garantias sociais, em atividades muitas vezes informais sem pagamento de impostos. O que explica essa persistência e capacidade de resistência é a construção de uma sólida “ética do trabalho” que pressupõe a incorporação de disposições como disciplina, autocontrole e pensamento prospectivo, onde o futuro e a busca por uma vida melhor compensa qualquer sacrifício no presente. (SOUZA, 2013, s/p).

E, por fim, uma terceira hipótese a ser considerada seria a de que parte dos alunos pagantes, especialmente em determinados cursos, possui *background* mais baixo do que o dos estudantes Prouni. Por esse motivo, ao concorrer à bolsa, tais estudantes pagantes não teriam conseguido acessá-la, visto que o desempenho no Enem⁸ é um critério de acesso. Nesse caso, entretanto, a teoria do *capital cultural* discutida neste artigo – a partir da qual se entende que estudantes oriundos de contextos socioeconômicos desprivilegiados tendem a apresentar desempenho pior do que alunos com melhor *background* – seria corroborada.

Conclusão

Não obstante o fato de a escola poder fazer, em alguma medida, a diferença para uma melhor aprendizagem dos estudantes, a maior relevância dos contextos socioeconômico e cultural como fator determinante do desempenho em exames e êxito escolar dos estudantes é um dado da realidade demonstrado fartamente na literatura internacional, nas últimas quatro décadas. Dessa forma, conclui-se que, tanto em nível de Educação Básica como da Educação Superior, um estudante em desvantagem de *background* obtém, na maioria das vezes, desempenho inferior ao de um estudante proveniente de contexto socioeconômico mais favorável.

Ao considerar que, em vista dos objetivos do programa, os estudantes bolsistas Prouni deveriam possuir *background* inferior ao dos seus colegas pagantes em cursos de graduação de instituições privadas brasileiras, o presente artigo apresentou evidências de que, contrariando a probabilidade de melhor desempenho de estudantes com maior capital cultural, no contexto do Prouni, tal tendência nem sempre se confirma. Além do problema do *background*, presumivelmente mais baixo, alguns estudantes-bolsistas ainda enfrentam dificuldades de natureza discriminatória e podem sofrer preconceitos devido à origem humilde, o que seria, segundo a sociologia de Bourdieu, mais um fator que

⁸ O Enem foi criado em 1998 com o objetivo de avaliar o desempenho do estudante ao fim da Educação Básica, buscando contribuir para a melhoria da qualidade desse nível de escolaridade. A partir de 2009, passou a ser utilizado também como mecanismo de seleção para o ingresso no Ensino Superior. O desempenho do estudante no Enem é utilizado como um dos critérios de acesso ao Prouni.

dificultaria a aprendizagem e a obtenção de êxito escolar desses estudantes provenientes de meios populares. Em face disso, o desempenho observado desses estudantes é, no mínimo, intrigante.

Diante da constatação da existência de desempenho além do esperado para os bolsistas Prouni, três hipóteses foram elencadas como possíveis razões para o improvável bom rendimento: inferioridade do *background* dos pagantes, melhor preparo dos bolsistas e maior esforço dos bolsistas. Tais hipóteses indicam, certamente, a necessidade da continuidade de estudos acerca das questões apresentadas nesse artigo, diante do quadro conceitual da teoria do capital cultural e dos resultados das pesquisas sobre eficácia escolar na educação superior. Como visto, as teorizações de Lahire (1997) e Souza (2010) aqui discutidas também podem fornecer pistas importantes para a compreensão do fenômeno indicado na pesquisa.

Assim, os próximos passos consistem em, por um lado, aprofundar e detalhar os dados quantitativos sobre o desempenho dos estudantes em perspectiva comparada e, por outro, buscar compreender, por meio de entrevistas, as causas dessa intrigante contradição observada no desempenho de alunos com baixo capital cultural.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Gordon; BENJAMIN, Dwayne; FUSS, Melvyn A. The determinants of success in university introductory economics courses. *The Journal of Economic Education*, v. 25, n. 2, p. 99-119, 1994.
- ANHAIA, Bruna. C. Políticas públicas e sociais para a equidade: um estudo sobre o Programa Universidade para Todos. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, São Paulo, v. 17, n. 60, jan./jun. 2012.
- BERTOLIN, Júlio C. G.; MARCON, Telmo. O (des)entendimento de qualidade na Educação Superior brasileira – das quimeras do provão e do Enade à realidade do capital cultural dos estudantes. *Avaliação*, Campinas, v.20, n. 1, p. 105-122, mar 2015.
- BETTS, J. R.; MORRELL, D. The determinants of undergraduate grade point average. *Journal of Human Resources*, v. 34, n. 2, p. 268-293, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. L'école conservatrice: les inégalités devant l'école et la culture. *Revue Française de Sociologie*, v. 7, p. 325-347, 1966.

BOURDIEU, Pierre. Les trois états du capital culturel. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, v. 30, p. 3-6, 1979.

BRASIL, *Lei 11.096*, de 13 de janeiro de 2005.

BRASIL, *Lei 13.005*, de 25 de junho de 2014. *Plano Nacional de Educação*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 20 out. 2014a.

BRASIL. *Dados estatísticos*. Disponível em <http://prouniportal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=137:quadros-informativos&catid=26:dados-e-estaticas&Itemid=147>. Acesso em: 11 jun. 2014b.

BRASIL. INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Portal do Inep*. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 8 set. 2015.

CARVALHO, Cristina H. A. O Prouni no governo Lula e o jogo político em torno do acesso ao Ensino Superior. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 27, n. 96, p. 979-1.000, out. 2006.

CATANI, Afrânio Mendes; GILIOLI, Renato de Sousa Porto. O Prouni na encruzilhada: entre a cidadania e a privatização. *Linhas Críticas*, Brasília, v. 11, n. 20, p. 55-68, jan./jun. 2005.

COHN, Elchanan et al. Determinants of undergraduate GPAs: SAT scores, High-School GPA and High-School rank. *Economics of Education Review*, v. 23, n. 6, p. 577-586, 2004.

COLEMAN, James S. et al. *Equality of educational opportunity*. Washington, DC: US Government Printing Office, 1966.

DATA POPULAR. *Classes sociais e Ensino Superior*. São Paulo: Instituto de Pesquisa Data Popular, 2010.

DEPARTMENT OF EDUCATION AND SCIENCE; PLOWDEN, Lady. *Children and their Primary Schools: Vol I: the Report: a Report of the Central Advisory Council for Education*. HM Stationery Office, 1967.

DIAS SOBRINHO, José. Educação Superior: democratização, acesso e permanência. In: PAULA, M. F.; LAMARRA, N. F. (Org.). *Reformas e democratização da Educação Superior no Brasil e na América Latina*. Aparecida: Ideias e Letras, 2011.

KOPPE, Leonardo Renner. *Instituições de Ensino Superior Privadas: organizações de ensino com fins lucrativos no Rio Grande do Sul*. 2014. Tese (Doutorado em Sociologia) – UFRGS, Porto Alegre, 2014.

LIMA, Kátia Regina de Souza. O Banco Mundial e a Educação Superior brasileira na primeira década do novo século. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v.14, n. 1, p. 86-94, jan./jun. 2011.

LAHIRE, Bernard. *Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável*. São Paulo: Ática, 1997.

MOROSINI, M.; FELICETTI, V. L.. Equidade e iniquidade no Ensino Superior: uma reflexão. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 62, p. 9-24, jan./mar. 2009.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins. A abordagem de Bernard Lahire e suas contribuições para a sociologia da educação. In: Reunião Nacional da ANPED, 36., 2013, Goiânia. *Anais...* Goiânia, 2013.

OLIVEIRA, Maria A. Monteiro; CONTARINE, Marina L. Maranhã; CURY, Carlos R. Jamil. Prouni: análise de uma política pública no âmbito da PUC Minas. *RBPPE*, v. 28, n. 3, p. 48-87, jan./abr. 2012.

PARK, Kang H.; KERR, Peter M. Determinants of academic performance: a multinomial logit approach. *The Journal of Economic Education*, v. 21, n. 2, p. 101-111, 1990.

PEIXOTO, Maria do Carmo de L. Políticas para a democratização do acesso e a inclusão social na Educação Superior do Brasil. In: PAULA, Maria de Fátima Costa de; LAMARRA, Norberto Fernández (Org.). *Reformas e democratização da Educação Superior no Brasil e na América Latina*. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2011.

SANTOS, Nálbia de Araújo. *Determinantes do desempenho acadêmico dos alunos dos cursos de Ciências Contábeis*. 2012. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – USP, São Paulo, 2012.

SILVA, Marjorie Cristina Rocha da. *Validade do ENADE para avaliação da qualidade dos cursos: modelo de rasch e multinível*. 2011. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade São Francisco, São Paulo, 2011.

SMITH, Jeremy; NAYLOR, Robin. Determinants of degree performance in UK universities: a statistical analysis of the 1993 student cohort. *Oxford Bulletin of Economics and Statistics*, v. 63, n. 1, p. 29-60, 2001.

SOUZA, Emerson Santana de. *ENADE 2006: determinantes do desempenho dos alunos do curso de Ciências Contábeis*. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – UnB, UFPB e UFRN, Programa Multi-institucional e Interregional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Brasília, 2008.

SOUZA, Jessé. *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2010.

SOUZA, Jessé. *Nova classe média: um discurso economicista: Entrevista especial com Jessé de Souza*. Instituto Humanitas Unisinos, Entrevistas. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/516686-nova-classe-media-um-discurso-economicista-entrevista-especial-com-jesse-de-souza>>. Acesso em: 11 jun. 2013.

Submetido em 29 de setembro de 2015.

Aprovado em 22 de março de 2016.